

Dez anos da lei de cotas em universidades

Aprovada pelo Congresso e sancionada em 2012, a Lei de Cotas completa dez anos em 2022 e foi celebrada pelo Senado em uma sessão especial dedicada a comemorar e revisitar o tema. A Lei 12.711, de 2012, reserva vagas em universidades e institutos federais a estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas. Sem dúvida trata-se de um avanço no que diz respeito ao acesso à universidade.

A ideia da celebração parte da premissa de que a Lei de Cotas contribuiu, de forma decisiva, para mudar o perfil demográfico da população acadêmica brasileira e, por consequência, com a formação acadêmica e profissional de parte da população de baixa renda e discriminada.

A Lei contribuiu para que camadas sociais exercessem o direito à educação em nível superior mudando o cenário social do país, é o que justificam os autores da lei parlamentar.

A lei determina que as instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação, instituições federais de ensino técnico em nível superior e instituições de ensino técnico em nível médio reservem, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Em cada categoria de renda, há vagas reservadas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

As cotas no início eram vistas com ressalvas porque acreditava-se que sua existência faria com que a qualidade do ensino fosse comprometida, mas o tempo mostrou que isso não é verdade, alunos cotistas tem desempenho similar aos não cotistas, o desafio agora é pensar nos próximos passos para ações afirmativas como essa.

(Extraído

de:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/26/senado-celebra->

dez-anos-da-lei-de-cotas-em-sessao-especial-nesta-segunda. Acesso em: 15 set. 2022.)

Redija um texto com no mínimo de 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas para textos produzidos em computador ou notebook e para textos produzidos em smartphone ou tablets, no mínimo 48 (quarenta e oito) e no máximo 72 (setenta e duas) linhas, no formato de dissertação, narração ou carta, apontando como políticas de cotas impactam na sociedade brasileira e na trajetória dos estudantes, cotistas ou não.